

FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NA REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE DOCUMENTOS: abordagem como conteúdo e como instrumentos

TECHNOLOGICAL TOOLS IN DESCRIPTIVE REPRESENTATION OF DOCUMENTS: approach to content
and as instruments

Hamilton Rodrigues Tabosa*

Denyse Maria Borges Paes**

RESUMO

Apresentamos algumas reflexões acerca da necessidade de conhecimento de novas ferramentas utilizadas no tratamento da informação, na perspectiva do ensino da representação descritiva, além de mostrarmos os metadados como elementos facilitadores da catalogação descritiva, e de como vem sendo realizado o ensino de catalogação no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará – *Campus* Fortaleza – e suas implicações. Como metodologia, realizamos primeiramente um levantamento bibliográfico sobre o tema, através do qual foi possível ter acesso aos trabalhos de teóricos como Arellano, Assumpção, Lancaster, dentre outros. Empreendemos um estudo da proposta do novo código de catalogação denominado Descrição de Recursos e Acesso (RDA), feita pelo *Joint Steering Committee for Revision of AACR* (JSC AACR), responsável pela revisão do AACR, pois, apesar de ainda estar em processo de elaboração, deve substituir o AACR em breve, de modo que alertamos quanto à necessidade de conhecimento dessa ferramenta por parte de professores de catalogação e bibliotecários.

Palavras-chave: Representação Descritiva da Informação. Metadados. RDA.

ABSTRACT

Here are some reflections on the need for knowledge of new tools used in information processing, in view of the teaching of descriptive representation, and show the metadata as the enablers of descriptive cataloging, and how teaching is being done in the course of cataloging Librarianship, Federal University of Ceará - Fortaleza Campus - and its implications. As a methodology, first performed a literature on the

subject, by which it was possible to have access to the work of theorists like Arellano, Assumption, Lancaster, among others. We undertook a study of the proposed new cataloging code called Resource Description and Access (RDA), made by the Joint Steering Committee for Revision of AACR (JSC AACR), responsible for revision of AACR, because, although still in the process of drafting should replace the AACR soon, so warn about the need for knowledge of this tool by teachers and librarians cataloging.

Keywords: Descriptive Representation Information. Metadata. RDA.

1 INTRODUÇÃO

Alavancadas pelos constantes avanços das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), rápidas e várias mudanças estão ocorrendo na sociedade contemporânea, onde podemos presenciar o surgimento de novos ambientes informacionais e inovações em termos de criação de novos tipos de recursos e suportes, o que tem influenciado o processamento, a organização, a comunicação, e simultaneamente, vêm tornando cada vez mais complexo o acesso às fontes documentárias.

Essa situação obriga que os profissionais da informação repensem os mecanismos utilizados para o processamento da informação e, aos professores dos Cursos de Biblioteconomia, a não só conhecerem, mas dominarem as tecnologias emergentes quanto

a sua aplicabilidade e uso no processamento da informação, de modo que possam introduzir esses conteúdos nos programas de suas disciplinas.

As áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, assim como a Ciência da Computação, têm empreendido esforços no sentido de propor novas formas de representar a informação e aprimorar as existentes, no intuito de tornar fácil a sua compreensão e descrição.

Da mesma maneira, é inerente à Ciência da Informação a preocupação com a recuperação da informação em ambientes eletrônicos, pois tratam-se de ambientes que oferecem, ao mesmo tempo, inúmeras possibilidades de acesso remoto a bases de dados e acervos e alteram significativamente as características das unidades de informação tradicionais. Essa situação, inevitavelmente, vem afetando e modificando as perspectivas do ensino da catalogação, atividade biblioteconômica que visa representar recursos informacionais de forma descritiva.

Podemos perceber que a solução para as questões abordadas encontra-se no processamento da informação. Neste sentido, os metadados aparecem como elementos-chave para compor os novos modelos dos ambientes de informação digital.

2 METADADOS

A palavra metadados foi criada por Jack Myres em 1969, conforme Arellano (2009). Como muitas outras palavras da língua portuguesa, é bastante utilizada em diferentes áreas do conhecimento, portanto, sua definição é percebida de variadas formas. Alves e Santos (2009, p. 2) dizem que metadados são: “atributos ou dados referenciais que representam um recurso”. De acordo com o manual Dublin Core (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 133):

Metadados [] podem ser considerados
Biblionline, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 78-85, 2012.

como dados sobre outros dados. É o termo da era da internet para a informação que os bibliotecários, tradicionalmente, colocaram em catálogos e que se refere comumente à informação descritiva sobre recursos da web.

De outro modo, podemos definir metadados como elementos utilizados para representar recursos, tais como: título, assunto, etc., podendo descrever qualquer recurso web. Porém, isso não limita seu emprego aos ambientes *web*, eles podem ser usados para descrever um livro em um catálogo de uma biblioteca online ou não. A esse respeito, Castro e Santos (2007) relatam que os metadados representam o que um recurso contém em termos informacionais, o isso pode estar ou não em meio eletrônico.

Nessa perspectiva, podemos considerar os metadados como sendo elementos fundamentais no processo de representação da informação, pois possibilitam que os recursos possam ser “lidos” por diferentes programas, contribuindo, desta forma, com o compartilhamento de dados entre sistemas. (ALVES; SOUZA, 2007). Sendo assim, podemos afirmar seguramente que metadados fazem parte do dia-a-dia dos profissionais que lidam com a informação e sua representação, entre eles o bibliotecário, quando são utilizados em serviços de informação e em vários outros processos como processamento e recuperação de informação, arquivamento, descrição de recursos e outros. Alves e Santos (2009) apontam que bibliotecários lidam com metadados há séculos, desde os primórdios da história da Biblioteconomia.

Conforme aponta Arellano (2009), os metadados encontram-se divididos nas seguintes categorias: descritivos ou intelectuais: descrevem e identificam os recursos de informação (DC, MARC, HTML, meta *tags*, vocabulários controlados, etc.); estruturais: facilitam a navegação e a apresentação dos recursos eletrônicos e administrativos: tornam o gerenciamento e

o processamento de coleções digitais mais fácil.

Através da literatura sobre esse assunto, verifica-se que os profissionais da Ciência da Informação relacionam o termo metadados ao tratamento da informação, especificamente com a representação de um recurso informacional para fins de descrição, identificação, localização, busca e recuperação. Normalmente são usados a fim de tornar a informação identificável, localizável e acessível. (CASTRO; SANTOS, 2007).

Assim, é possível estabelecer os padrões de metadados conforme Alves e Santos (2009): Banda um: formatos simples, constituídos por metadados não-estruturados; Banda dois: formatos estruturados, constituídos por metadados mais estruturados baseados em normas emergentes e que proporcionam uma descrição mínima de recurso para sua identificação, localização e recuperação; Banda três: formatos altamente estruturados ou ricos, constituídos por metadados complexos, apresentam uma estrutura de descrição mais formal e detalhada.

A utilização dos padrões de metadados, englobando conceitos e terminologias, garante a existência de um conjunto de informações comuns, sobre um determinado tema ou área, facilitando assim, a compreensão, integração e o uso compartilhado de informações entre usuários de diferentes formações, níveis de experiência e propósitos.

Dentre as vantagens obtidas com os metadados, que resultaram em seu desenvolvimento e aplicação, Mey e Silveira (2009) destacam: administram uma grande quantidade de dados; ajudam na descoberta, recuperação e edição efetiva dos recursos de informação na rede; rapidez do registro bibliográfico; possibilitam um alto índice de

relevância, como também a busca por campo, como nos catálogos, que também influirão na relevância.

Assim, evidenciamos a importância dos metadados, assim como o fez Siqueira (2003), por se tratarem de elementos através dos quais é possível organizar de forma estruturada os dados, minimizando a duplicação de esforços e facilitando sua manutenção, aplicando-se a uma variedade de acervos que podem estar disponíveis ou não em redes de computadores.

3 RESOURC DESCRIPTION ACCESS (RDA)

Com a utilização das TIC a sociedade passou a produzir informação com maior rapidez e em grande quantidade, em diferentes suportes e ambientes (analógicos e digitais), dificultando assim a sua organização e recuperação. Esse contexto chama a atenção para a necessidade de se repensar as ferramentas utilizadas para representar as informações, padrões que possam atender à realidade vivenciada pelas unidades de informação.

Em 1967, foi criada a primeira edição do *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR) para uso de catálogos em fichas. A segunda edição data em 1978, passando a se chamar AACR2, sofreu ainda uma última revisão em 2002 e atualizações em 2003, 2004 e 2005. A estrutura do AACR foi concebida com vistas na descrição de metadados para catálogos manuais, em papel, e por isso, em algumas aplicações eletrônicas, o código pode apresentar, naturalmente, algumas limitações. (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2009).

Para compreendermos os percursos pelos quais passou o AACR, vejamos neste parágrafo um breve histórico de sua trajetória traçado por Oliver (2011): Na tentativa de solucionar essas limitações, em 1997 aconteceu uma conferência, onde o *Joint Steering Committee for Revision of AACR* (JSC AACR), responsável

pela revisão do AACR, tinha como propósito revisar os princípios básicos do AACR, com objetivo de decidir se era viável estabelecer o desenvolvimento de uma nova edição para o AACR2. Decidiu-se então por uma terceira edição, AACR3, que começou a ser desenvolvida em 2004. Em 2005 juntamente com o *Committee of Principals* (CoP), o JSC percebeu a necessidade de uma nova abordagem, adotou-se então a idéia de um padrão estruturado para o ambiente digital. Na mesma ocasião o JSC resolve adotar um novo título para o padrão, o qual deixaria de ser AACR3 e passaria a ser RDA. Foi extraído o termo “Anglo-Americano”, visando facilitar uma aceitação mundial, tendo em vista que o termo restringia o código a alguns países; retirou-se também o termo “catalogação” e acrescentou-se o termo “Descrição de Recursos e Acesso”, devido ser um termo bastante utilizado pelos produtores de metadados e acrescentou-se o termo “Acesso” para dar uma visão de um padrão flexível, capaz de descrever diferentes tipos de recursos: analógicos ou digitais.

Mas, enfim, o que é o RDA? Segundo Assumpção e Santos (2009), RDA é um novo padrão de descrição de itens informacionais e acesso voltado para o ambiente digital, capaz de cobrir todos os tipos de mídia e conteúdo, tornando possível utilizar, em qualquer ambiente digital, os registros produzidos a partir da sua utilização.

Esse novo padrão de catalogação, que está sendo elaborado e testado, poderá vir a se tornar o substituto do AACR2. Conforme Assumpção e Santos (2010), ele se propõe a fornecer flexibilidade para descrever recursos analógicos e digitais e também viabilizará a integração dos registros de Bancos de Dados criados a partir do AACR e de códigos similares.

O RDA é compatível com o formato MARC (MARC é a sigla para *Machine Readable*

Cataloging que quer dizer catalogação legível por computador). Essa compatibilidade é benéfica para os catalogadores, tendo em vista que não será necessário refazer registros bibliográficos ou a descrição de termos autorizados antigos.

Dentre as características do RDA conforme Cunha (2011) e Oliver (2011): baseia-se nos modelos conceituais de dados bibliográficos e autoridade, Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) e Requisitos Funcionais Para Dados de Autoridades (FRAD); tem seu desenvolvimento baseado na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação; procura satisfazer as expectativas da comunidade internacional; não obriga a utilização da ordem dos elementos e pontuação prescrita pela *International Standard Bibliographic Description* (ISBD); permite a integração dos dados criados a partir da utilização do RDA em bases de dados existentes, criadas de acordo com o AACR e padrões similares.

Dessa forma, podemos considerar o RDA como ferramenta capaz de simplificar as rotinas de localizar, identificar, selecionar e obter recursos de que os usuários necessitam, no catálogo da biblioteca. Segundo Santos e Simionato (2009), o RDA será estruturado em duas seções principais, além de apêndices, um glossário e um índice. Assim como no AACR, há uma parte A sobre a descrição e outra sobre os pontos de acesso.

Já Assumpção e Santos (2010) dizem que o atual rascunho do RDA possui 37 capítulos divididos em 10 seções; a primeira seção até a quarta cobrem elementos correspondentes aos atributos de entidades definidos nos FRBR e FRAD; as seções 5 a 10 cobrem os elementos correspondentes aos relacionamentos definidos nos FRBR e FRAD.

4 O ENSINO DE CATALOGAÇÃO NO CURSO DE

BIBLIOTECONOMIA DA UFC, CAMPUS FORTALEZA

As disciplinas Representação Descritiva da Informação I (chamá-la-emos, deste ponto em diante, de RDI I) e Representação Descritiva da Informação II (RDI II), com essa nomenclatura, existem no currículo do Curso de Biblioteconomia da UFC desde 2005. São disciplinas teórico-práticas de quatro créditos cada, uma pré-requisito da outra, onde a primeira é ministrada aos estudantes do quarto semestre da graduação.

Inevitavelmente, a primeira delas acaba sendo bem mais teórica que a segunda, dado o seu caráter introdutório, onde são tratados os conceitos, objetivos, histórico, tipologias dos catálogos e outros assuntos necessários ao entendimento e à apresentação dos estudantes aos termos técnicos presentes nos textos que falam sobre o assunto e no *Anglo-American Cataloguing Rules (AACR)* (código ainda vigente em nossos dias). Isso pode ser observado na ementa da disciplina: Catalogação: conceitos e objetivos. Histórico da catalogação. O livro e a descrição bibliográfica. Interpretação e aplicação das normas vigentes de catalogação descritiva e da escolha e formas de entradas. Catálogos, conceitos, funções, estrutura, seleção e elaboração.

Já a ementa da disciplina RDI II traz a seguinte ementa: Compreensão dos aspectos descritivos dos diversos suportes informacionais, pontos de acesso e organização desses materiais, recursos contínuos e outros multimeios a fim de facilitar intercâmbio internacional do registro documental.

É na segunda parte da disciplina RDI I, como vimos na ementa supracitada, que o estudante tem contato com o lado mais prático da catalogação, geralmente através de livros que comentam ou explicam regras do

AACR e também utilizando o próprio código. Na RDI II, o aluno aprende sobre as regras de descrição de mídias diferentes de livro, mas falaremos um pouco mais sobre esse ponto adiante.

É interessante salientar que obras baseadas no AACR (explicando-o ou comentando-o), dependendo da data de publicação, podem estar desatualizadas, tornando seu uso um ponto muito delicado. Esse fato justifica a postura do professor das disciplinas de catalogação ao não utilizar nenhuma obra que não seja o próprio AACR nas aulas práticas das disciplinas, o que gera outros problemas: a) a extensão do código e seus pormenores trazem complexidade ao ensino sem outra fonte de informação que condense suas muitas regras; b) as turmas são geralmente grandes, entre 30 e 35 alunos, de modo que não há exemplares do código em número suficiente para que cada estudante utilize um código sozinho.

Naturalmente, os alunos que dividem o código com outro colega durante as aulas têm aproveitamento menor, pois é perceptível o desvio de atenção durante as explicações.

Outro fato que limita o ensino de catalogação é a questão do uso de laboratórios de informática. O estudante normalmente chega à disciplina pensando que irá aprender catalogação eletrônica, em ambientes automatizados, e acaba se frustrando nesse ponto. Em uma disciplina de apenas quatro créditos, não há condições de o professor cumprir o que está descrito na ementa de cada uma das disciplinas e ainda mostrar como se cataloga em ambientes eletrônicos, o que demandaria muito tempo para que fossem abordados, pelo menos, os principais programas de gerenciamento de acervos do mercado, posto que não adianta ver somente um.

É nesse ponto onde o professor esclarece aos seus ansiosos alunos que, não importando o

software, o que interessa é aprender a consultar corretamente o AACR, para que a representação descritiva seja bem realizada em qualquer sistema de gerenciamento de acervos com os quais eles venham a trabalhar depois de graduados. E desse modo, as aulas prosseguem com os alunos com os códigos em punho.

Partamos para a análise das ementas das disciplinas e veremos alguns pontos dignos de nota. Rememoremos a ementa da disciplina RDI I: Catalogação: conceitos e objetivos. Histórico da catalogação. O livro e a descrição bibliográfica. Interpretação e aplicação das normas vigentes de catalogação descritiva e da escolha e formas de entradas. Catálogos, conceitos, funções, estrutura, seleção e elaboração. Vemos aqui que a redação da ementa mostra uma duplicidade na abordagem do conceito de catálogo, evidenciando que a ementa poderia ser melhor descrita para alcançar mais clareza, por exemplo, na ideia de seleção de catálogos. O que seria isso? Não conhecemos literatura biblioteconômica que verse sobre critérios para seleção de catálogos.

Outro ponto interessante é quanto ao trecho [...] escolha e formas de entradas. Está claro que o que a ementa deveria dizer é [...] determinação dos pontos de acesso e forma das entradas. Se isso é trabalhado na RDI I, de modo que os estudantes saibam determinar que elementos serão considerados como pontos de acesso para as obras em geral e a forma correta das entradas, é desnecessário que na RDI II a ementa repita: Compreensão dos aspectos descritivos dos diversos suportes informacionais, pontos de acesso [...]. Estamos aqui considerando que na RDI I o estudante pode aprender a determinar os pontos de acesso e as formas das entradas para todos os tipos de materiais e não somente dos livros, evitando a retomada desse assunto da RDI II.

O trecho do final da ementa da disciplina RDI II ([...] a fim de facilitar intercâmbio internacional do registro documental) também é cabível para a catalogação que é ensinada na RDI I, que também visa o intercâmbio de registros, só que essa parte não é utilizada lá.

De fato, as bases da catalogação de materiais não-livro, foco da RDI II, está na RDI I, naturalmente, o que torna a segunda disciplina bem mais técnica do que a primeira, permitindo ao professor passar diretamente aos exercícios de aplicação do código desde a primeira aula do semestre.

Outro ponto interessante na RDI II é que o professor sempre procura encaixar um assunto muito solicitado pelos estudantes (embora tenha quase meio século de idade, mas ainda é utilizado nos software de bibliotecas), sob o argumento de que o assunto é cobrado em concursos e ainda muito utilizado por programas de gerenciamento de acervos como o Pergamum: o formato MARC. Claro está que é deveras difícil ensinar MARC em sala de aula, por diversos motivos: seria necessário ter o software (numa versão *offline*, para treinamento) instalado em cada máquina nos laboratórios de informática, e também porque, mesmo um bibliotecário, trabalhando com o formato todos os dias, demora um tempo para aprendê-lo devido a seus meandros. O máximo que se pode fazer é, na falta de um software compatível instalado em todos os computadores de um bom laboratório, disponibilizar manuais e outras obras que mostram como o MARC funciona, seus principais campos e subcampos, etc. Também são agendadas visitas técnicas a instituições onde o sistema de gerenciamento de acervos da biblioteca trabalha com o MARC. Lá, os estudantes podem acompanhar, pelo menos minimamente, e comprovar que só a prática leva alguém a, de fato, conhecer o formato MARC. Afinal de contas, quando é

que as bibliotecas vão se desvencilhar também desse passado? Diz-se popularmente que quem vive de passado é museu (e não bibliotecas!). Elycio Oliveira (2006) concordaria conosco.

Com os olhos voltados para o futuro, são também conteúdos da RDI II as tendências da representação descritiva, como o RDA - Descrição de Recursos e Acesso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente trabalho foi de suma importância para a percepção dos mecanismos utilizados no tratamento informacional documentário no cenário da atual sociedade da informação, em que há um aumento considerável na produção da informação, e os impactos disso tudo no ensino de catalogação no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, Campus Fortaleza.

As novas tecnologias trazem consigo uma variedade de mídias, suportes, recursos e conteúdos, dificultando assim o trabalho dos catalogadores. Se por um lado os catalogadores podem contar com o aparato dessas novas tecnologias que fluem a cada momento, por outro eles podem vir a se encontrar completamente sem rumo, perdidos na vasta quantidade de informações, tornando-se difícil compreender e descrever tais informações. Na tentativa de minimizar esse problema é que surgiu o RDA, encorajando o levantamento automático de metadados. Os professores dessa área precisam estar atentos, pois a qualquer momento um novo código suplantará o AACR e é preciso conhecer e dominar a nova ferramenta para a transmissão de conhecimentos aos alunos de graduação em Biblioteconomia.

Neste sentido é que se resolveu optar pela abordagem desta temática, pois pudemos

Biblionline, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 78-85, 2012.

verificar que alguns profissionais desconhecem a existência da proposta desse novo padrão e a importância dos metadados para a catalogação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria das Dores Rosa; SOUZA, Márcia Izabel Fugisawa. Estudo de correspondência de elementos metadados: Dublin Core e Marc 21. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 20-38, jan./jul. 2007.

ALVES, Rachel Cristina Vesú; SANTOS, Plácida. **Metadados em ciência da informação: considerações preliminares sobre padrões para a construção normalizada de representações**. In: CONGRESSO DE LA CIBERSOCIEDAD, 4., 2009. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/congres2009/es/c oms/metadados-em-cincia-da-informasao-considerasoes-preliminares-sobre-padroes-para-a-construsao-normalizada-de-representasoes/994/>>. Acesso em: 7 out. 2010.

ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. **Metadados: dados a respeito de dados: slides**. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/gemireki/metadados-dados-a-respeito-de-dados-presentation-596079>>. Acesso em: 11 out. 2010.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. **Resource Description and Access (RDA): objetivos, características e desenvolvimento d novo padrão para descrição de recursos e acesso**. 2009. Disponível em: <http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_33049772875.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2010.

CASTRO, Fabiano Ferreira de; SANTOS, Plácida Leopoldina V. A. da Costa. Os metadados como instrumento tecnológico na padronização e potencialização dos recursos informacionais no âmbito das bibliotecas digitais na era da web semântica. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 13-19, maio/ ago. 2007.

CUNHA, Murilo Bastos da. **RDA: um novo paradigma na catalogação**. 2011. Disponível em:

<http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=604>. Acesso em: 07 maio 2012.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofoletti. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

OLIVEIRA, Elysio Mira Soares de. **Formato MARC: um paradigma a ser quebrado!**. jun. 2006. Disponível em: <<http://www.elysio.com.br/downloads/Ci.Inf-2006-884.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

SANTOS, Plácida L. V. A. da Costa; SIMIONATO, Ana Carolina. **RDA: meios para acesso e descrição**. São Paulo: UNESP, 2009. Slides.

Dados sobre Autoria

*Professor do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará. E-mail: hamilton.rt@ufc.br

**Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: denimedeiros@hotmail.com

Este trabalho é resultado da atuação de um dos autores como monitor na área de Processamento da Informação no Departamento de Ciências da Informação, na Universidade Federal do Ceará.

Artigo enviado em abril de 2011 e aceito em janeiro de 2012.